



Câmara Municipal  
de  
Jundiaí

Interessado: FELISBERTO NEGRI NETO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.<sup>o</sup> 416

Assunto: Altera o art. 144 do Regimento Interno, para condicionar  
reapresentação do requerimento rejeitado.

RETIRADO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ	
ARQUIVE-SE	
DIRETOR	
Em 29 de Junho de 1989	

Clas.

Proc. N.<sup>o</sup> 15556



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

Fis 2  
Proc 5556

**DE PUBLICADO**  
em 10/04/84

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
Assentado à Mesa
Sala das Sessões em 10/04/84
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
**PROTOCOLO DAIA**  
**015556 - 4 ABR 84**  
**CLAC**

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
**RETIRADO**  
**Sala das Sessões em 26/06/1984**  
**Presidente**

PROJETO DE RESOLUÇÃO 416

Altera o art. 144 do Regimento Interno, para condicionar reapresentação do requerimento rejeitado.

Art. 1º O art. 144 da Resolução 192, de 3 de setembro de 1970, passa a vigorar acrescido deste § 6º:

"§ 6º Requerimento rejeitado só pode ser reapresentado noventa dias após a data da rejeição."

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 04.04.84

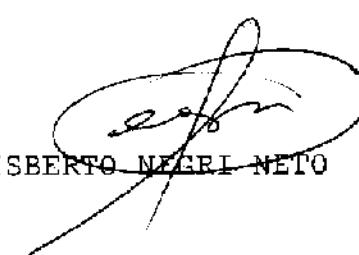
FELISBERTO NEGRIL NETO



PR 416 , fls. 2

Justificativa

A rejeição de um requerimento pelo Plenário significa inviabilidade, pelo menos temporária, da proposição, motivo por que, até mesmo para evitar desnecessário acúmulo de matérias, proponho condicionar ao transcurso de um trimestre a reapresentação de requerimento rejeitado.

  
FELISBERTO NEGRI NETO

\*

az

## Regimento Interno (Resolução 192/70)

39

verificação  
presentar do  
e ser compu  
mentais do  
de 1971).

requerimentos es

Tou da Câmara

e com pare

m condições

dades parti

entidades

e determina

da comissão

para delibera

da pela Re

pela Reso

os requeri

gimento de

o anterior,

fica a

da.

estados sem  
tida também

127, § 69);  
§ 89);

iso acrescido

40

Art. 144 - Serão de alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem: (1)

I - Convocação do Prefeito e dos Secretários para prestar informações no Plenário;

II - Constituição de comissões especiais ou de representação;

III - Convocação de Sessão especial ou Comemorativa;

IV - Audiência de Comissão sobre assuntos em pauta;

V - Inserção de documento em Ata;

VI - Retirada de proposição com parecer favorável;

VII - Licença de Vereador;

VIII - Preferência;

IX - Urgência;

X - Retirada de urgência; e,

XI - Adiamento de discussão.

XII - Informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração. (1)

§ 1º - Os requerimentos citados neste artigo poderão sofrer, após a sua discussão, o encaminhamento de votação, não sendo permitido, porém, a justificativa de voto.

§ 2º - Os requerimentos previstos neste artigo obedecerão ao disposto no § 1º do artigo 86 deste Regimento, exceto os constantes dos incisos VI, VII, VIII, IX e X.

§ 3º - Só serão recebidos pela Mesa:

I - requerimentos previstos no inciso II, desde que apresentados:

a) pela Mesa;

b) pelos líderes, ou

c) por um terço (1/3) dos membros da Câmara.

II - requerimentos previstos no inciso V, desde que subscritos por um terço (1/3) dos membros da Câmara; e

III - requerimentos previstos nos incisos IX e X, desde que assinados por dois terços (2/3) dos membros da Câmara.

§ 4º - A Mesa não aceitará mais de um (1) Requerimento do mesmo Vereador, por Sessão Ordinária, solicitando informações sobre assuntos idênticos, não obstante haver diversidade. (2)

§ 5º - No caso de apresentação, na mesma sessão ordinária, de mais de um requerimento sobre o mesmo assunto, tramitará o apresentado em primeiro lugar, ficando prejudicados os demais". (2)

Art. 145 - Não serão admitidas emendas aos requerimentos.

Art. 146 - A Secretaria da Câmara providenciará um resumo do assunto dos requerimentos apresentados, para conhecimento antecipado dos Vereadores.

"Art. 147 - Salvo os requerimentos para os quais este Regimento estabelece regime especial, serão os demais escritos, discutidos e votados pelo Plenário, vedada a justificativa de voto". (3)

(1) acrescido pela Res. 284, de 8 de 83; v. Consulta 82

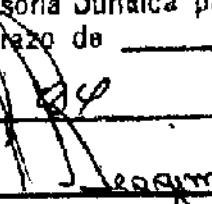
(2) rotula dada pela " "

(3) " "

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
Gabinete do Presidente

A Assessoria Jurídica para emitir,  
parecer no prazo de \_\_\_\_\_ dias.

Em 04 de 04 de 1989

  
Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
Diretoria Legislativa

Aos 04 de 04 de 1989  
encaminho a Assessoria Jurídica, em cumprimento  
ao despacho supra.

  
Diretor Legislativo



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N° 3.145

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 416

PROC. N° 15.556

De autoria do nobre Vereador Felisberto Negri Neto, secundado por mais 12 (doze) Srs. Edis, o presente projeto de resolução tem por finalidade alterar o art. 144 do Regimento Interno, para condicionar a reapresentação de requerimento rejeitado somente após 90 dias da data da rejeição.

A proposição está justificada a fls. 3.

PARECER

1. A matéria versada no presente projeto de resolução já está expressamente tratada no Regimento Interno, como demonstrado em nosso Parecer nº 3.142, de 4 de abril do corrente ano, exarado em resposta à Consulta formulada pelo nobre Vereador Tarcísio Germano de Lemos (documento anexo), com a vantagem de estar em perfeita harmonia com o espírito do art. 29 da Lei Orgânica dos Municípios, que está redigido nos seguintes termos:

*"Art. 29 - A matéria constante de projeto de lei, rejeitado ou não sancionado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito."*

2. O presente projeto de resolução é legal, quanto à iniciativa e à competência.

3. A matéria é de resolução, e a propositura atende à exigência do art. 236, I, do Regimento Interno.

4. A Comissão de Justiça e Redação deverá manifestar-se duas vezes: quanto à legalidade

*[Handwritten signature]*



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

fls. 7  
Proc. 15556  
*[Signature]*

Parecer nº 3.145 da A.J. - fls. 2.

e quanto ao mérito.

5. Este projeto deverá ser discutido e votado em dois turnos e sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, nos termos do art. 19, § 2º, nº 4, da Lei Orgânica dos Municípios.

S.m.e.

Jundiaí, 10 de abril de 1984

*[Signature]*  
Dr. Agustaldo de Bastos,  
Assessor Jurídico.

\*  
SS



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROC. N° 15.556

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 416, do Vereador FELISBERTO NEGRI NETO, que altera o art. 144 do Regimento Interno, para condicionar reapresentação do requerimento rejeitado.

PARECER N° 1 381

De grande alcance para os trabalhos legislativos, a matéria contida neste Projeto de Resolução deve merecer a aprovação Plenária.

Parecer, pois, favorável.

Sala das Comissões, 24-04-84.

APROVADO EM 24-04-84

Araújo Castro Nunes Filho.

José Geraldo Martins da Silva.

Miguel Mozzadde Haddad,  
Presidente e relator

Ercílio Campi.

Tarcísio Germano de Lemos.

Costa Neto



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N° 3.142

CONSULTA N° 106/84 - DO VEREADOR TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS

Respondendo à consulta formulada pelo nobre Vereador Tarcísio Germano de Lemos sobre reapresentação de Requerimentos reiteradamente rejeitados pela Casa, esta Assessoria assim se manifesta:

RESPOSTA

1. A matéria está expressamente tratada no Regimento Interno. Qualquer proposição rejeitada, exceto as de iniciativa do Prefeito, somente poderá ser apresentada na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara. É o que consta do art. 114, inc. VII, combinado com o art. 118 do Regimento Interno.
2. A Mesa é obrigada a recusar as proposições que, rejeitadas, sejam novamente apresentadas antes do referido prazo.
3. Observe-se que o "caput" do art. 114 se refere a "qualquer proposição", e não simplesmente a projetos de lei. Ao referir-se a qualquer proposição, inclui as principais (projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, moções, requerimentos, recursos e indicações), bem como as acessórias (substitutivos, emendas e subemendas), mesmo porque, de acordo com o art. 112, - "proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara" e podem ser aquelas indicadas no § 1º desse artigo.
4. Concluindo, nossa resposta à consulta do nobre Vereador Tarcísio Germano de Lemos é no sentido de que a reapresentação de proposições rejeitadas na mesma sessão legislativa somente pode ser admitida pela Mesa se subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara. Se não for atendida esta exigência regimental, somente poderá ser



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

Fls. 5  
C-406

Fls. 9  
Proc. 15556  
*AB*

Parecer nº 3.142 da A.J. - fls. 2.

reapresentada pelo seu autor em outra sessão legislativa. Resalve-se que a Mesa tem o dever, não a faculdade, de rejeitar as proposições que não satisfaçam tais exigências. O art. 114 do Regimento Interno diz que a Mesa "*deixará de aceitar qualquer proposição*", o que vale dizer a Mesa não poderá aceitar qualquer proposição nos casos contemplados nos incisos I a VII desse dispositivo. Se o Regimento Interno quisesse deixar à Mesa a mera faculdade de rejeitar tais proposições, diria simplesmente "*a Mesa poderá deixar de aceitar qualquer proposição*".

S.m.e.

Jundiaí, 04 de abril de 1984

*leffatti*  
Dr. Aguinaldo de Bastos,  
Assessor Jurídico.



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

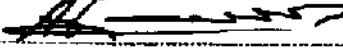
FOL. 16  
REC. 5556

## CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Diretoria Legislativa

Aos 12 de Setembro de 1984

Recebi da Assessoria Jurídica e submeto a Presidencia.

  
Diretor Legislativo

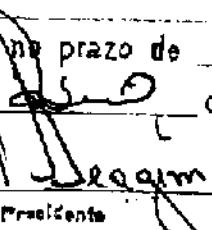
## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Gabinete do Presidente

A Comissão de Justiça e Redação

para emitir parecer no prazo de 20 dias.

Em 17 de Setembro de 1984

  
Presidente

## CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

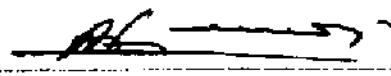
Diretoria Legislativa

Aos 12 de Setembro de 1984

encaminho ao sr. Presidente da Comissão de

Justiça e Redação

, em cumprimento ao despacho supra.

  
Diretor Legislativo

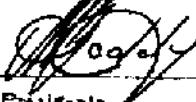
## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

Comissão de Justiça e Redação

Ao Vereador sr. Ricardo

para relatar no prazo de 07 dias.

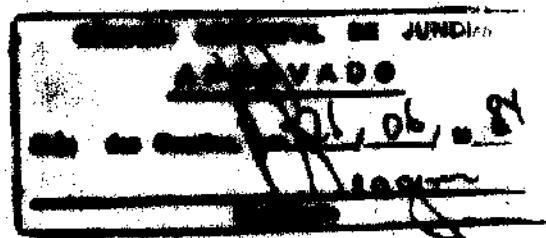
Em 17 de Setembro de 1984

  
Presidente

REQUERIMENTO AO PLENÁRIO N.º 799

Assunto: RETIRADA do Projeto de Resolução nº 416, do Vereador FELISBERTO NEGRI NETO, que altera o art. 144 do Regimento Interno, para condicionar reapresentação do requerimento rejeitado, constante da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Dr. Presidente:



REQUEIRO à Mesa, nos termos do parágrafo 1º do art. 119 do Regimento Interno, a RETIRADA do Projeto de Resolução nº 416, de minha autoria, constante da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 26.6.1984.

  
FELISBERTO NEGRI NETO

\* ampc

## **ANDAMENTO DO PROCESSO**

## **"OBSERVAÇÕES"**

Gravado em 06/4/1984

A Exp. em 06/4/1984

## **ANEXOS**

ANEXOS  
Fdo. 015. 4/4/24. AF p. 670 - 17/4/24. AF p. 11-20/4/24. AF, p. 12-23/4/24. AF

AUTUADO EM 04/04/84